

Informativo da Federação
dos Trabalhadores Rurais
Agricultores e Agricultoras
Familiars

Filiada à Contag,
CUT, Dieese e Ceaal

Julho 2019

Jornal da



FETAPE

Nas ruas em defesa da Previdência Social e por Lula Livre



Foto: Ildebrando Gutemberg



Foto: Ildebrando Gutemberg

**Atos contra a reforma da
previdência ocorrem em
todo o Estado Pág. 02**



**Políticas públicas para a
agricultura familiar
Pág. 03**



**A Marcha das Margaridas se
constrói nas comunidades
Pág. 04**

O MSTTR chega ao final do primeiro semestre mostrando sua força. Muitas são as conquistas fruto da luta e da organização dos trabalhadores e trabalhadoras. Percorremos esse estado de canto a canto para debater, esclarecer e articular a população sobre os riscos da Reforma da Previdência. Essa tem sido a nossa principal pauta, pois sabemos o quanto a aposentadoria rural é importante para trazer vida digna ao homem e a mulher do campo, que ainda muito cedo começam a trabalhar para alimentar nosso país com comida saudável.

Ocupamos a Assembleia Legislativa, as câmaras municipais, os meios de comunicação e as ruas para defender a Previdência Social. Em todas essas ações, nos juntamos a outras categorias e movimentos sociais do campo e da cidade porque temos a compreensão de que precisamos unir forças.

Em 2019, também contamos com o importante apoio dos parlamen-

tares eleitos pelo movimento: o deputado estadual Doriel Barros e o deputado federal Carlos Veras, que têm atuando incansavelmente para defender a classe trabalhadora e impedir os retrocessos nos direitos dos homens e mulheres do campo.

Olhando para nossa prática, iniciamos um importante trabalho de reaproximação ainda maior com a base, a partir dos mutirões sindicais. Com uma boa participação dos sindicatos, da rede de educadores e educadoras populares da Enfoc e das equipes dos polos e assessorias. Iniciamos e concluímos vários processos formativos que são fundamentais para fortalecer o poder de resistência do movimento. O grande diferencial na realização dessas ações é a integração das diretorias, como foi definido no planejamento estratégico da atual gestão.

Mas, sabemos que o caminho ainda é longo e que há muito o que fa-

zer. Os ataques que estamos sofrendo tanto no campo legal, com as mudanças das leis, quanto no campo da disputa das ideias, exigirá uma maior unidade e organização do Movimento Sindical Rural, pois o Sindicato continua sendo o principal instrumento de luta da classe trabalhadora para enfrentar esse cenário.

O Brasil só irá reestabelecer a democracia e o Estado de Direito com a imediata libertação do companheiro Lula e a anulação do processo. Como fica evidente com as denúncias feitas pelo The Intercept Brasil, da relação promíscua entre o juiz Sérgio Moro e a procuradoria federal de Curitiba, que só comprova que sua prisão é fruto de uma perseguição e de um processo repleto de questionamentos e falhas.

Por isso, nos dias 13 e 14 de agosto, em Brasília –DF, faremos a maior ação de massa no

período do Governo Bolsonaro, que será a 6ª Marcha das Margaridas. Desde o início, a Marcha não é só uma ação da Contag, Fetags e Sindicatos, mas é um exemplo concreto de que a unidade se faz necessária, com tantas entidades e movimentos envolvidos na sua preparação. A Marcha será o momento em que vamos derrubar de vez essa “deforma” da previdência e outras maldades que esse governo quer implementar.

Nas próximas páginas, vocês terão a oportunidade de saber mais sobre algumas ações citadas. O mérito não é apenas da Fetape, mas de cada trabalhador e trabalhadora que contribui com o movimento, principalmente os sindicatos que são a razão de existir do MSTTR.

Boa leitura!
Cícera Nunes
Presidenta da Fetape

É preciso intensificar a luta em defesa da aposentadoria rural

Foram mais de 70 audiências públicas municipais envolvendo milhares de pessoas

As audiências públicas municipais contra a Medida Provisória (MP) 871/2019 e a PEC 06/2019 da Reforma da Previdência organizadas pelos sindicatos e pela Fetape, neste primeiro semestre de 2019, foram fundamentais para fazer pressão política e diminuir o impacto dessas propostas na vida dos agricultores e agricultoras. Foram mais de 70 audiências que envolveram também outras categorias, além de prefeitos, vereadores, deputados e senadores.

“As mobilizações foram muito importantes. O que agora precisamos fazer é um trabalho de continuidade das audiências contra a PEC 06. E é importante perceber que, mesmo com a aprovação da MP 871, o sindicato irá continuar instruindo todo o processo da aposentadoria rural”, diz o vice-presidente da Fetape, Adelson Freitas.

Conquistas
O texto final da MP 871, aprovada pelo Senado Federal no dia 03 de junho, tem algumas mudanças significativas

em relação à proposta original, que são fruto da luta do movimento sindical. Entre elas, a ampliação do prazo de cadastro no CNIS Rural para 2023. Outra conquista é a manutenção do prazo de até cinco anos para requerer o auxílio maternidade. Na proposta do governo, o prazo era de seis meses.

Com relação à Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), a proposta do governo era de transferir

a sua emissão para responsabilidade somente de órgãos públicos. Mas agora ficou aprovado que as DAP’s emitidas por sindicatos também valem como comprovação de atividade rural.

Também fica mantido o acordo de Cooperação Técnica entre Contag e INSS para uso do INSS Digital. Sendo assim é importante que os sindicatos rurais de Pernambuco priorizem a modalidade de atendimento digital aos segurados e seguradas especiais.

Revisão de benefícios
Quem tiver seu benefício suspenso por conta de irregularidade, terá o prazo de 60 dias para apresentar a defesa administrativa. “A revisão rural precisará de uma atenção especial por isso vamos fazer um grande nivelamento jurídico em todo o estado para enfrentar essa situação. Estamos nos preparando para dar toda essa assistência ao segurado especial e o sindicato, com certeza, será cada vez mais importante para isso”, destaca Freitas.



O Boletim Fetape é uma publicação da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco, sob a coordenação de sua DIRETORIA. DIRETORIA: Cícera Nunes da Cruz - Diretora Presidenta, Adelson Freitas Araújo- Diretor Vice-Presidente, Maria Jenusi Marques da Silva - Diretora de Organização e Formação Sindical, Paulo Roberto Rodrigues Santos - Diretor de Finanças e Administração, Adimilson Nunis de Souza - Diretor de Política Agrícola, Maria Givaneide Pereira dos Santos - Diretora de Política Agrária, Adriana do Nascimento Silva- Diretora de Política para as Mulheres, Antônio Neto Marcelino de Souza- Diretor de Política para a Juventude, Israel Crispim Ramos - Diretor de Política da Terceira Idade e Rosénice Joseja do Espírito Santo (Nalva)- Diretora de Política do Meio Ambiente / ENTREVISTAS: Setor de Comunicação - Gleiceani Nogueira e Ylka Oliveira / EDIÇÃO: Gleiceani Nogueira (DRT/PE 3837) /FOTOS GERAIS: Arquivos Comunicação, Diretorias Fetape e Ildebrando Gutembeg/ REVISÃO: Júlia Garcia / PROJETO GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO: Alberto Saulo / TIRAGEM: 1.000 Exemplares / SEDE DA FETAPE: Rua Gervásio Pires, 876, Boa Vista, CEP: 50050-070, Recife - PE, Fone: (81) 3771-0317, Email: fetape@fetape.org.br.

Fetape discute o fortalecimento da Agricultura Familiar com o secretário de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Estado



Direção da Fetape e Fetaepe entregam reivindicações dos trabalhadores rurais ao secretário Dilson Peixoto

Com o objetivo de avançar na construção de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar, a Fetape entregou ao secretário de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Estado, Dilson Peixoto, no dia 21 de maio, uma pauta com diversas propostas relacionadas à convivência com o Semi-árido, agroecologia, acesso à terra, comercialização, reestruturação da zona da mata, entre outras. O deputado estadual Doriel Barros também tem acompanhado esse diálogo e se colocou à disposição para debater as propostas na Assembleia Legislativa.

No âmbito do acesso à terra, o Estado, por meio por meio de convênios com o governo federal, desenvolve ações de regularização fundiária e titulação em três regiões: Agreste meridional, Sertão do Araripe e Sertão do Pajeú. “Para nós, isso não é o suficiente. Pautamos a regularização da malha fundiária em todas as regiões e é isso que cobramos”, pontuou a diretoria de Política Agrária, Maria Givaneide. “Estamos fazendo uma discussão que vai além da produção de alimentos,

mas que também traga a questão da educação do campo, da saúde, da segurança para os agricultores. Estamos buscando caminhos para que esse governo faça uma gestão diferente para o campo”, ressaltou o diretor de Política Agrícola da Fetape, Adimilson Nunis.

“Também vamos dialogar com outros parceiros, pois essa pauta não é só da Fetape, mas do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais”, concluiu.

Representantes da assessoria da Fetape têm participado de várias reuniões com as entidades vinculadas à SDA: Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco (Iterpe), Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e Secretaria Executiva de Agricultura Familiar (SEAF) com o propósito de operacionalizar algumas ações apresentadas no documento entregue ao secretário, principalmente as que não dependem de orçamento. A Federação aguarda um retorno da pauta e reafirma sua disposição ao diálogo e construção coletiva.

Mutirões sindicais fortalecem diálogo com a base

Trabalhadora e Trabalhador Forte é a Trabalhadora e o Trabalhador sindicalizado

No mês de maio, a Fetape iniciou a realização dos mutirões sindicais que tem como principal objetivo aproximar o sindicato da sua base. Foram mais de 700 trabalhadores e trabalhadoras rurais visitados em dois mutirões realizados até o momento. Até o final do ano, serão realizados mutirões em todos os polos sindicais que compõem a estrutura organizacional da Federação.

“Nessa atual conjuntura de ameaça à organização da classe trabalhadora e de criminalização e perseguição aos movimentos sociais e sindicais, realizar mutirão sindical tornou-se essencial como forma do sindicato se reconectar com sua base e também resgatar os associados que estão distantes da vida sindical”, explica Maria Jenusi, diretora de Organização e Formação Sindical da Fetape.

Durante o mutirão, equipes formadas por representantes do sindicato, educadores e educadoras da Rede Enfoc/PE, da assessoria do Polo e da Fetape se dividem para visitar as comunidades. É um trabalho porta a porta para ouvir os problemas da comunidade, falar sobre o papel do sindicato, as principais lutas e conquistas, além de passar informações sobre quitação, cadastramento e

outros assuntos importantes para a vida do agricultor e da agricultora, como a Reforma da Previdência.

O primeiro mutirão aconteceu em Lagoa de Itaenga, na Mata Norte, com visita a 230 famílias. A maior parte (170) é associada do sindicato. Numa região dominada pela monocultura da cana-de-açúcar, chama a atenção, também, o número de famílias que produzem alimentos de forma agroecológica (106). O outro mutirão aconteceu no município de Santa Maria da Boa Vista, no Sertão do São Francisco. Lá foram visitadas 503 famílias, das quais 58% são sócias do sindicato.

O diretor de Finanças e Administração da Fetape, Paulo Roberto, faz uma avaliação bastante positiva dos dois mutirões e resalta a importância de o sindicato dar continuidade a esse trabalho de base: “Tem uma avaliação positiva dos sindicatos no tocante à receita, de pessoas que estavam atrasadas e aproveitam aquele momento [do mutirão] para fazer uma negociação. E também de pessoas que não eram filiados e se interessaram em se associar, mas também, o ganho político, a divulgação nos meios de comunicação e o envolvimento dos sindicatos”, destacou.



Equipe do mutirão sindical em Lagoa de Itaenga



Serviços de saúde durante mutirão em Santa Maria da Boa Vista

Convivência com o Semiárido é prioridade para as mulheres do Nordeste na Plataforma Política da Marcha das Margaridas



Margaridas do Nordeste durante Encontro Regional realizado no Recife-PE

A 6ª Marcha das Margaridas, que acontecerá nos dias 13 e 14 de agosto, em Brasília (DF), nasce das mobilizações e do empenho das trabalhadoras rurais nas suas comunidades, regiões e estados. Em Pernambuco, desde o ano de 2018, as mulheres vêm participando e promovendo, por meio das comissões de mulheres trabalhadoras rurais, processos formativos, encontros, lançamentos da marcha, reuniões, atos, audiências, além da produção de materiais e outras iniciativas, como bingos, torneios, arraiais, rifas, caixinhas solidárias, no levantamento de recursos para a ida até Brasília. Com isso, as mulheres rurais vêm conseguindo fortalecer a organização nas bases e garantir um processo contínuo de construção da Marcha das Margaridas.

Esse conjunto de iniciativas consolidará a construção da Plataforma Política da Marcha. Diferente dos últimos anos, nesta edição não haverá entrega da pauta ao Presidente da República. “Em seis meses de mandato, o governo federal tem mostrando que não dará prioridade às pautas das trabalhadoras rurais. Portanto, a sexta edição da Marcha optou pela construção da plataforma política, que está sendo planejada nos Encontros Regionais, a partir dos dez eixos políticos da Marcha das Margaridas 2019”, explica a diretora de Políticas para Mulheres da Fetape, Adriana do Nascimento.

No Seminário Regional Nordeste, realizado de 17 a 19 de junho, no Recife-PE, um dos principais pontos trazidos pelas mulheres dentro da construção da Plataforma foi a política de convivência com o Semiárido. Para Adriana, esse é um tema que não pode deixar de aparecer nas discussões do Nordeste, uma vez que o

que prevalece nessa região é o clima Semiárido e junto com ele vem tantas outras especificidades que têm que ser consideradas quando se fala de melhoria no campo.

“Por muito tempo se falou de combate à seca, da miserabilidade, e a gente traz agora para esse cenário a pauta da convivência com o semiárido olhando para o clima, mas entendendo que junto com ele tem que vir políticas específicas e as mulheres do campo nordestino colocam que essa pauta precisa vir na linha de frente, por isso, que apresentamos ela como estratégica para dentro da construção da plataforma”, defende.

Contexto – A sexta edição se materializa frente a uma conjuntura de retrocessos, de perdas de direitos e de ameaças às mulheres do campo, das florestas e das águas. O grande ato vai às ruas com o lema: “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”. A ideia é reforçar a luta por igualdade e direitos sociais garantidos na Constituição Federal para as mulheres.

Pernambuco – A meta é levar 2 mil mulheres do estado até Brasília. Para isso, a mobilização conta com a parceria de mais de 30 organizações de mulheres do campo e da cidade, sindicatos rurais e urbanos de diversas categorias, centrais sindicais, ONG’s, associações, cooperativas, redes e articulações municipais e regionais, além do apoio de parlamentares municipais, estaduais e federais, e secretarias de governo dos municípios e do estado. A Marcha das Margaridas é coordenada pela Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) e parceiros.

Juventude renova participação em espaços de controle social

Como diz o lema: “Juventude que ousa lutar, constrói o poder popular”. Assim, a garra e a animação da juventude vêm garantindo a defesa de pautas fundamentais para a sucessão rural. No último mês de maio, a Fetape, por meio da Diretoria de Políticas para Juventude, passou a integrar o Conselho Estadual de Políticas para Juventude de Pernambuco para o biênio 2019-2022. A renovação representa a defesa de políticas sociais para os jovens do campo. Em mais uma ação importante para a juventude, a diretoria animou a reestruturação das co-

missões de polos. Como resultado da ação foram reativadas a Comissão de Jovens do Polo da Mata Sul e do Sertão do Araripe. Enquanto nos polos do Agreste Meridional e do Pajeú, a diretoria contribuiu com atividades das comissões. Os jovens do Sertão e da Zona da Mata participaram também da assembleia anual do Fojupe, na qual foram eleitos para ocupar coordenações regionais. Para o segundo semestre, a expectativa está na realização das oficinas regionais de comunicação e nas etapas preparatórias do 7º Festival da Juventude Rural de Pernambuco.

Diretoria faz balanço de ações para idosos e idosas do campo

A diretoria de Política da Terceira Idade, Idosos e Idosas Rurais realizou, neste primeiro semestre de 2019, um trabalho comprometido com a garantia da qualidade de vida de homens e mulheres do campo. Entre as ações a conclusão da 2ª Turma do Curso de Formação Política da Enfoc para a Pessoa Idosa do Campo - Por um envelhecimento Digno, Saudável, Ativo, Autônomo e Feliz, no mês de maio. A formação debateu temáticas relacionadas à participação e o controle social com foco na promoção do desenvolvi-

mento rural sustentável e solidário. Também como parte da agenda, a diretoria participou da 9ª Conferência Estadual de Saúde e participará da 16ª Conferência Nacional de Saúde, no mês de agosto. A diretoria concluiu sua atuação no Conselho, no qual defendeu a política de saúde da população do campo, da floresta e das águas. Como pautas prioritárias para o segundo semestre estão: o fortalecimento do Coletivo Estadual da Terceira Idade e a realização de pesquisa sobre o perfil de pessoas idosas do campo.

O combate ao uso de agrotóxicos e o incentivo à produção agroecológica na pauta da Diretoria Política de Meio Ambiente

O país vive um recorde de agrotóxicos liberados no governo Bolsonaro. Em 6 meses foram 239 pesticidas liberados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Diante dessa conjuntura, a Diretoria de Política do Meio Ambiente tem buscado pautar suas ações com foco no combate ao uso de agrotóxicos e incentivo à produção orgânica e agroecológica. Outras pautas debatidas são as energias renováveis, as mudanças climáticas, o Cadastro Ambiental Rural, além da luta contra a instalação de uma usina nuclear no município de Itacuruba, no Sertão do Submédio São Francisco. Essa atuação ocorre a partir da participação em diversas frentes de controle social como o

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), Grupo Condutor de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA), Fórum Estadual de Combate aos Agrotóxicos e Transgênicos (FECIAT) e a Comissão de Produtores Orgânicos de Pernambuco (CPorg). Para o segundo semestre, estão previstas a participação nos debates do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Pernambuco (CONSEA/PE) e a realização do Encontro Estadual de Meio Ambiente com a finalidade de debater a Política Nacional de Meio Ambiente, as Políticas Públicas Ambientais do estado de Pernambuco e a Política de Meio Ambiente do MSTTR de Pernambuco.